

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE O ACESSO DE QUILOMBOLAS À UNIFESSPA¹

Autor: **Marcos Antônio Silva dos Santos**

Graduando do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, email: mrc7santos@gmail.com

Orientador: **Prof. Me. Janailson Macedo Luiz**

Professor da Faculdade de História

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, email: janailson@unifesspa.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma discussão de caráter histórico e social, a partir da literatura disponível, sobre Ações Afirmativas no Ensino superior, em especial para estudantes quilombolas. Em seguida, mudando o foco para a questão local, também buscamos investigar como essas ações tem-se desenvolvido na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Da mesma forma, propomo-nos a entender a relação entre os estudantes quilombolas e a universidade levando em consideração seu acesso e integração no ambiente acadêmico. Para a elaboração do trabalho foi utilizada a metodologia de História Oral, com entrevistas semiestruturadas a estudantes quilombolas escolhidos aleatoriamente. Como uma das conclusões, percebemos que as Ações Afirmativas de acesso ao Ensino Superior são importantes estratégias de democratização da Universidade, já que cada ano, mais estudantes são contemplados. Portanto, paulatinamente ela se diversifica.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes quilombolas. Ações Afirmativas. Ensino Superior.

Introdução

A realização da Conferência de Durban², em 2001, significou para o Brasil um maior comprometimento com as questões sociais, principalmente com a reversão das desigualdades causadas pelo racismo, preconceito e discriminação. A partir de então, também sob forte pressão dos movimentos sociais e negro brasileiro, o Estado potencializa a materialização de medidas capazes diminuir ou mesmo eliminá-las. Nesse cenário, as Ações Afirmativas, caracterizadas como estratégias político-sociais que visam a redução das diferenças e democratização dos setores sociais que excluem grupos como, as mulheres, os/as pobres e os/as negros/as começam a serem institucionalizadas e reconhecidas.

¹ Trabalho originado do período em que o autor esteve vinculado ao Projeto de Extensão “Programa de Acolhimento Estudantil” da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

² Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul; onde os delegados que representavam o Brasil na ocasião decidiram que a partir dali o Brasil criaria medidas de promoção da igualdade entre a população branca e negra e de combate à discriminação racial.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma discussão de caráter histórico e social, a partir da literatura disponível, sobre Ações Afirmativas no Ensino superior, em especial para estudantes quilombolas. Em seguida, mudando o foco para a questão local, também buscamos investigar como essas ações tem-se desenvolvido na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Da mesma forma, propomo-nos a entender a relação entre os estudantes quilombolas e a universidade, levando em consideração seu acesso e integração no ambiente acadêmico. Medidas de promoção da igualdade dessa natureza racial que buscam a inserção dos sujeitos excluídos dos meios de convivência social, a saber, a educação formal, são importantes pois possibilitam sua democratização. Assim, este trabalho faz-se necessário, porque pesquisas nesse âmbito podem identificar possíveis falhas e apontar os diagnósticos necessários, abrindo caminhos para sua ampliação. Além disso, a divulgação desse conhecimento, principalmente, acerca da questão quilombola e negra amplifica debates entre os grupos sociais e, especialmente, entre os sujeitos de direito, o que também possibilita o aumento de investimentos estatais envolvendo-os, contribuindo assim, com a redução da diferença entre os privilegiados e os excluídos.

Ações Afirmativas: origem e o contexto brasileiro

Consoante Moehlecke (2002), a primeira experiência com Ações Afirmativas é estadunidense e surgiu na década de 60 durante a efervescência da luta por democracia e com o início do fim das leis segregacionistas. Nesse contexto, o movimento negro também toma fôlego e se “desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra” (p.198). Elas consistem, de acordo com Bergmann *apud* Moehlecke (2002), em “planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas. Aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas” (p. 199). Em complemento, é garantir a entrada de pessoas negras no sistema de ensino público.

No Brasil, igualmente pressionados pelo Movimento Negro e pelas intervenções internacionais de combate ao racismo (como a de Conferência de Durban), Silva *et. al* (2009) comenta que o período pós-constituente foi caracterizado pela “emergência da promoção da igualdade racial como objeto de ação pública” (p.29), muito embora, segundo a autora, apenas no

ano 2002 “o governo publica o decreto n º4.228, que institui, no âmbito da Administração pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas” (p.36). Porém, a medida não teve o retorno esperado pelo fato de o período ser final de mandato presidencial. Somente em 2003 um órgão específico para elaboração de políticas de promoção da igualdade racial foi criado: a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que na época possuía status de ministério. No ano de 2015, a Secretaria foi atrelada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos humanos. Entretanto, no ano de 2016 o então presidente interino do Brasil extingue Secretaria, junto a outras medidas conservadoras. O que pode significar grandes perdas, como a não continuação das políticas de Ações Afirmativas enquanto medida estatal.

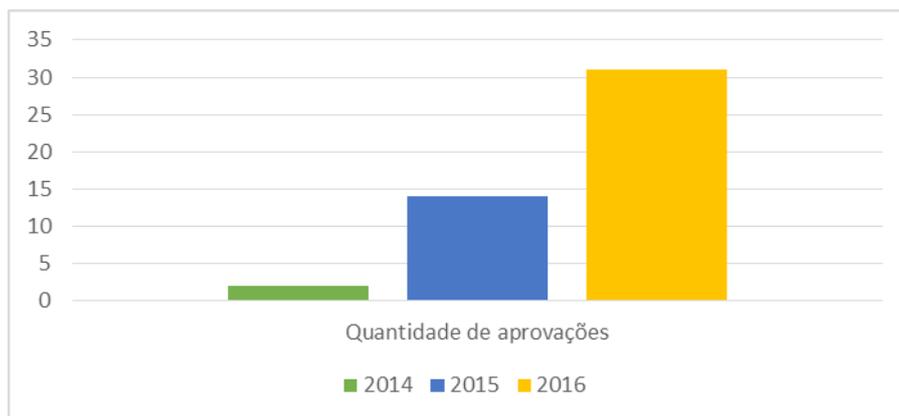
Falando especificamente do Ensino Superior, antes da sanção da lei 12.711/2012, que obriga reserva de vagas sociais e raciais nos processos de seleção regular, algumas Universidades estaduais e federais vêm aderindo a diferentes sistemas de Ações Afirmativas de acesso de acordo com suas decisões tomadas dentro conselhos universitários. Em um estudo com cerca de 59 Instituições Federais de Ensino, Portes e Sousa (2011) demonstram que 74% das Universidades pesquisadas apresentam pelo menos uma modalidade de Ação Afirmativa, dentre as quais: 73% eram de reserva de vagas, 24% em forma de bônus e 3% realizam processos seletivos especiais direcionados para indígenas. Apenas a Universidade Federal de Roraima (UFRR), de acordo com os autores, contemplava um dos povos tradicionais com a promoção da equidade. Mais recentemente, todavia, Campos, Daflon e Feres Júnior (2013), identificam que dentre a amostra de setenta Instituições públicas estudadas, trinta e seis destinavam alguma dessas modalidades para indígenas e duas para quilombolas, apesar de não classificarem o tipo de Ação Afirmativa.

O Processo Seletivo Especial para quilombolas na Unifesspa

Na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), além das reservas de vagas para negros e negras e para alunos de escola pública, é realizado anualmente um Processo Seletivo Especial (PSE) para quilombolas. A primeira prova foi regida pelo edital N.º 2, de 20 de setembro de 2013 e foi realizada em novembro do mesmo ano. Diferentemente de outros processos de seleção, as vagas ofertadas pelo PSE são por acréscimo, ou seja, são criadas, no caso da Unifesspa, duas vagas em cada curso de graduação para o grupo. Naquele ano, das cinquenta e oito vagas, apenas duas foram preenchidas. Entretanto, para o ano letivo de 2015 e 2016, percebemos um aumento significativo no número de aprovações: quatorze e trinta e uma, respectivamente.

Como podemos perceber no gráfico abaixo, a quantidade de aprovações no PSE aumenta a cada processo, o que significa que cada vez mais estudantes quilombolas estão se inserido no Ensino Superior. Ainda de acordo com os editais de seleção, as escolhas de curso que os alunos fazem seguem uma lógica de preferência, onde a demanda de inscritos é mais alta nos cursos considerados de alto prestígio social, como Direito e Eng. de Minas e Meio Ambiente. Nas licenciaturas, consideradas de baixo prestígio social, apenas três cursos preencheram todas as vagas.

Gráfico 01: Relação de aprovações por ano de realização do PSE



Fonte: Elaboração feita pelo autor a partir dos editais nº 02/2013, nº 01/2015 e nº 03/2016 - UNIFESSPA

O Processo Seletivo Especial significa a materialização das ações que devem ser tomadas pelos agentes responsáveis de garantir que esses sujeitos estejam representados em todos os setores da sociedade, uma vez que a educação “na concepção de algumas lideranças quilombolas, [...] é uma das ferramentas que, se bem utilizada, poderá contribuir e fortalecer suas lutas históricas” (SOARES, 2012, p. 93). Conforme a pesquisa de Beltrão e Cunha (2011), o PSE funciona a partir da noção de pertencimento étnico entre as/os candidatas/os e suas comunidades, já que se “baseia na ideia de que a identidade étnica se constrói pela aliança do reconhecimento individual enquanto membro do grupo com o fato de ser reconhecido como membro pelo grupo” (p.28). Quando questionamos os estudantes sobre as razões de preterimento dos cursos, as respostas são sempre próximas da de Camile, sobre o curso de Agronomia:

C: eu escolhi Agronomia pela realidade de lá, porque a comunidade vive de agricultura familiar. Não pensei só em mim, eu pensei em lá porque eu penso em voltar, em retornar. E eu penso é... eu fiquei em dúvida entre Agronomia e Engenharia Ambiental. Eu pesquisei, fui mais a fundo e vi que Agronomia tinha mais a ver com a realidade do que Engenharia Ambiental. Aí eu escolhi por causa disso, porque eu penso em desenvolver projetos que venham a desenvolver a comunidade, entendeu?

Entretanto, é preciso que elas não se resumam apenas ao acesso, mas estendam-se também à permanência dos alunos ingressos, principalmente da permanência imaterial. Em outras palavras, as políticas de Ações Afirmativas devem estar vinculadas a políticas de permanência estudantil que

garantam não somente a permanência material dos estudantes, mas também a imaterial através da valorização das suas diferenças culturais, raciais e étnicas. Caso contrário, será reproduzida a chamada educação compensatória (PORTES E SOUSA, 2011), onde acredita-se que apenas a inserção [acesso] dos indivíduos contemplados pelas políticas de Ações Afirmativas é suficiente para eliminar as desigualdades sociais. Segundo os autores, são precárias as

[...] políticas que visam, ao modo das compensatórias, reconhecer os estudantes de escolas públicas, majoritariamente pertencentes às camadas populares e a grupos étnicos excluídos socialmente, com a promoção de seu ingresso na universidade, sem estabelecer critérios objetivos que possam assegurar condições básicas de permanência, ou seja, são dadas as oportunidades, mas, se eles não permanecerem no ensino superior, a culpa é de cada um, bem ao gosto da ideologia do dom (*idem*, p.536).

A partir da fala de outra estudante, podemos perceber que o que acontece hoje na Unifesspa é o processo de invisibilidade e homogeneização dos alunos e alunas, onde suas particularidades não são levadas em consideração após seu acesso à graduação. Quando questionada sobre a valorização da sua cultura dentro da Instituição, ela responde da seguinte forma:

Enquanto Quilombola, valorizada não. Já como estudante, como acadêmica do corpo estudantil sim, já pelo trabalho que eu venho desenvolvendo, há... *Por ser quilombola não me torna diferente de ninguém*, só me mostra que eu tenho uma etnia a preservar aqui dentro, aí né, pra mim não é um *respaldo que venha me trazer importância* ou coisa e tal, muito pelo contrário me faz crer por ser uma aluna quilombola entrando numa universidade federal, onde tem tantas diversidades, [...] Sempre têm essa coisa de, quem é que desiste da universidade? É sempre negro ou é o indígena, isso me dá mais força, agora dizer assim que isso [ser quilombola] *me fez importante não* [...] (Paula Menezes, estudante do curso de Direito, grifo nosso).

De acordo com Barth (2011), as fronteiras étnicas são criadas e mantidas através da fricção entre os diferentes grupos. Nesse momento, o lugar do “outro” e o lugar do “nós” é demarcado pela semelhança e dessemelhança. Assim, apesar da estratégia de mudança do perfil discente da Universidade através do PSE, ela pouco tem efeito sobre as mudanças estruturais com relação ao racismo e marginalização de certos grupos, se a demarcação das diferenças, bem como sua valorização, não existe. E isso impossibilita a transformação da realidade. Segundo os relatos de Paula, muitos estudantes quilombolas não conseguem afirmar sua identidade étnica dentro da Universidade por vergonha ou qualquer outro motivo que ela desconhece. Ou seja, se eles não conseguem fazer, é porque não existe um espaço propício para isso.

Considerações Finais

Como observado, as medidas de Ações Afirmativas são uma das principais metodologias para o alcance da equidade social. A cada ano, o triplo de estudantes quilombolas ultrapassam os

muros da Universidade, agora, para o lado de dentro. E essa entrada está diretamente ligada à noção de pertencimento às suas comunidades, que não se no convívio familiar. Essa concepção é mantida e fortalecida mesmo quando separados do grupo, manifestado na ideia de “retorno à comunidade quilombola” lavrada por eles próprios. Isso indica que as escolhas dos cursos não são feitas aleatoriamente.

Entretanto, esse pertencimento pouco é levado em consideração pela Universidade, em consequência, a comunidade acadêmica também pouco as reconhecem. Todos os outros integrantes da Universidade precisam saber que os estudantes quilombolas estão ocupando seu espaço e que suas diferenças são percebidas e valorizadas. Uma ação só pode ser considerada afirmativa se primar por esse objetivo. Deste modo, os estudantes serão capazes de se integrar, na prática, ao ambiente acadêmico e ajudar a consolidar, de fato, as Políticas de Ações Afirmativas propostas.

Referências Bibliográficas

SILVA, A.; LUIZ, C.; JACCOUD, L.; SILVA, W. Entre o Racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Lucina Jaccoud (org.) – Brasília, DF: Ipea, 2009.

SOUSA, L. P.; PORTES, E. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

CAMPOS, Luiz A.; DAFLON, Verônica T.; FRERES JÚNIOR, João. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. Cadernos de Pesquisa v.43, nº148. P.302-327. Jan/abr. 2013.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: história e debates no brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, npo. 1ve9m7-b2r1o7/,2 n0o0v2embro/ 2002

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente**. Tese de doutoramento/Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

BELTRÃO, Jane Felipe; CUNHA, Mainá Jailson Sampaio. Resposta à diversidade: políticas afirmativas para povos tradicionais, a experiência da Universidade Federal do Pará. In: **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POURTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.